

LEI Nº 766/02
DE 21 DE JUNHO DE 2002

**“DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2003
E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

DR JOSÉ OSVALDO DALCIM, Prefeito do Município de TAGUAI, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2003 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Artigo 2º - O Projeto de Lei Orçamentária anual para 2003 será elaborado com estrita observância às diretrizes fixadas nesta Lei, aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e à legislação Federal vigente, em especial à Lei nº 4.320/64, à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Artigo 3º - A estrutura orçamentária que servirá de base para elaboração do orçamento - programa para o próximo exercício será a mesma utilizada no exercício de 2002.

Artigo 4º - As unidades orçamentárias quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Artigo 5º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterá “reserva de contingência”, identificado pelo código 99999999 em montante equivalente a no mínimo 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida.

Parágrafo 1º - A criação, Expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 2 % (dois por cento) da Receita Corrente Líquida nos termos do artigo 16 parágrafo 3º da L.R.F.

Artigo 6º - O poder Legislativo encaminhará ao poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 31 de julho, de conformidade com a emenda constitucional n.º 25/2000.

Artigo 7º - A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita atenção aos princípios de :

- I - Prioridades de investimentos nas áreas sociais;
- II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III - Modernização na ação governamental;
- IV- Princípio de equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.



V - A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos termos do artigo 6º da Portaria Interministerial n.º 163 de 04/05/2001.

Artigo 8º - A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Artigo 9º - Os valores da receita e da despesa serão orçados com base na estimativa da arrecadação de 2002, considerando as alterações na legislação tributária a expansão ou diminuição do serviço público e a taxa inflacionária não superior a dos 12 meses anteriores a julho de 2002.

Artigo 10 - O poder Executivo é autorizado a :

- I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita dos termos da legislação em vigor;
- II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido na legislação em vigor;
- III - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30 % (trinta por cento) do orçamento da despesa, nos termos da legislação vigente;
- IV - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal;
- V - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita não observar o comportamento estabelecido na programação financeira.

Artigo 11 - Não sendo devolvido o autógrafo de Lei Orçamentária até o final do exercício de 2002 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

- I - Estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- II - Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;
- III - Os Planos, LDO, Orçamentos, Prestações de Contas, Parecer do T.C.E. serão amplamente divulgados, e ficará a disposição da comunidade.
- IV - O desembolso dos recursos financeiros consignados a Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimo, ou de comum acordo entre os poderes.

Artigo 12 - O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e será elaborado de conformidade com a Portaria n.º 42 do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais Portarias editadas pelo Governo Federal, no exercício de 2001.

Artigo 13 - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os projetos e atividades constantes do anexo que faz parte integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo.

Artigo 14 - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de lei específica.

Artigo 15 - O município aplicará no mínimo 25 % (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento

do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela E.C. n.º 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Artigo 16 - O Poder Executivo é autorizado a firmar convênios com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de interesse do município.

Artigo 17 - A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, compor-se-á de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de Lei Orçamentária;
- III - Tabelas explicativas da receita e despesa dos três últimos exercícios.

Artigo 18 - Integrarão a Lei Orçamentária anual:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- II - Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III - Sumário geral da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Artigo 19 - O Poder Executivo, enviará até 31 de agosto o Projeto de Lei Orçamentário à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Artigo 20 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária de recursos do município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autorizadas em lei ou convênio.

Artigo 21 - As despesas com pessoal da administração direta obedecerão às disposições contidas na Constituição Federal e na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo 1º - O aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas e os acréscimos delas decorrentes, até o final do exercício, de acordo com o disposto no caput.

Parágrafo 2º - Os recursos necessários ao atendimento da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, previstos no inciso X artigo 37 da Constituição Federal, constarão da Lei Orçamentária de 2003 em categoria de programação específica observando o limite do artigo 71 da Lei Complementar n.º 101 de 2000.

Parágrafo 3º - As despesas com pessoal, do município, ficam vinculadas ao limite estabelecido no artigo 19 da lei n.º 101, de 04 de maio de 2000, ou seja, 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, sendo este percentual repartido em 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo conforme artigo 20, inciso III da mesma lei federal.

Parágrafo 4º - As despesas total com pessoal não ultrapassará em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício anterior, nos termos do artigo 71 das Disposições Finais e Transitórias da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Artigo 22 - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taguaí,
Em, 21 de junho de 2002.



DR. JOSÉ OSVALDO DALCIM

Prefeito Municipal

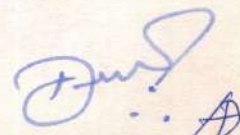
Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de
Taguaí, na data supra.



ADRIANO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL P/ EXPEDIENTE DA SECRETARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAI
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PLANO DE PRIORIDADES PARA 2.003.

PROGRAMA	OBJETIVOS
Construção, reforma e/ou ampliação do prédio da câmara	Melhorar as condições de funcionalidade do edifício da Câmara Municipal.
Aquisição de equipamentos e material permanente	- Dotar a câmara de móveis e equipamentos para melhorar as condições de trabalho no Legislativo.
Reforma e/ou ampliação do paço municipal	- Instalar adequadamente os vários setores da administração proporcionando melhores condições de trabalho.
Aquisição de equipamentos, material permanente e veículos.	- Equipar as varias unidades administrativas com móveis e equipamentos de trabalho, tornando-as mais eficientes.



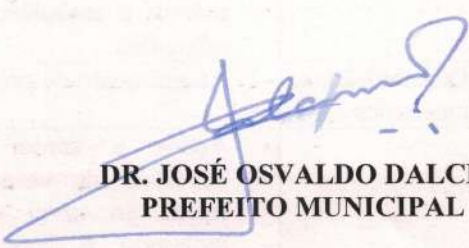
Incrementação do sistema computadorizado	- Modernizar os serviços, agilizando as informações e assegurando maior grau de confiança nos dados.
Concurso público	Suprir a necessidade de preenchimento de cargos, melhorando as condições de funcionamento da Prefeitura.
Reforma administrativa	- Dotar a administração direta e indireta de uma estrutura moderna e eficiente na prestação de serviços administrativos à coletividade.
Amortização da Dívida Pública	a) Pagamento dos precatórios judiciais de acordo com disposto no artigo 100 da Constituição Federal, e artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. b) Amortização de financiamento diversos.
Inversões Financeiras	- Aquisição de imóveis para implantação de programas de interesse da comunidade.
Construção, reforma e/ou adaptação de prédio.	Para melhoria no desenvolvimento de programas assistências
Construção, reforma e/ou ampliação de creches e EMEIs	Atender as necessidades educacionais da população de 0 a 6 anos, em regime normal ou semi internato.
Reforma e/ou ampliação de prédios escolares.	- Proporcionar aos alunos do ensino fundamental, melhores condições ambientais para o aprendizado.
Adaptação, reforma e/ou ampliação de prédio para a Coordenadoria Municipal de Educação	- Melhoria de atendimento a direção, funcionários e alunos da rede municipal de ensino.
Aquisição de Veículos para transporte de alunos do ensino fundamental	- Transportar para a zona urbana crianças em idade escolar, residentes em regiões sem escolas, da primeira a oitava séries.
Assistência aos educandos	- Proporcionar aos alunos tratamento médico, odontológico, inclusive aquisição de óculos para os necessitados, alimentação, vestuário e assistência social, incluindo o transporte de alunos do ensino médio para frequência as aulas.
Reforma e/ou ampliação de prédio para a biblioteca.	- Melhorar o ambiente e proporcionar maior segurança aos seus usuários.
Ampliação e/ou reforma do ginásio de esportes	- Para melhor desenvolver a prática de esportes e recreação.
Extensão de rede elétrica no perímetro urbano	- Iluminar ruas e dotar as residências de energia elétrica.
Construção de casas populares	- Diminuir o déficit habitacional com a construção de casas para moradia da população de baixa renda.
Pavimentação e recapeamento de vias urbanas e implantação de guias, sarjetas e galerias pluviais	- Melhorar as condições das vias urbanas em locais densamente povoados.



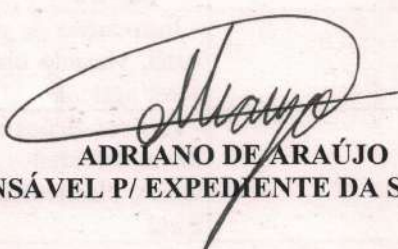
Construção, restauração e Reforma de Praças, Parques e Jardins	- Oferecer melhores condições de lazer aos habitantes do município.
Aquisição de terreno para distrito industrial	- Proporcionar condições para instalações de novas indústrias.
Construção e restauração de Obras rodoviárias	- Melhorar as condições de tráfego nas estradas vicinais que ligam a sede aos bairros rurais.
Aquisição de equipamentos Rodoviários	- Complementar a frota de máquinas e renovar a frota de caminhões que, em parte, está obsoleta.
Restauração, adaptação e/ou construção de unidades de saúde.	Oferecer melhor assistência médica a população.
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	- Equipar as unidades de saúde com móveis e ambulâncias, tornando-as mais eficientes.
Incremento do Programa de Distribuição de Medicamentos e Produtos Farmacêuticos.	- Atendimento de programas assistências.
Programas de saneamento.	- Ações a serem desenvolvidas em benefício da comunidade no que se refere ao nível de higiene pública, incluindo o controle das regiões e logradouros insalubres e outros possíveis focos que atentem contra a saúde pública.
Mecanização agrícola.	- Introdução de processo mecânico no meio rural, visando obter maior produtividade no setor agrícola.
Alternativas agrícolas.	- Dar condições aos produtores de implantar novas atividades agrícolas no município tais como: Plasticultura, fruticultura, cafeicultura e etc.
Mudas	- Desenvolvimento, produção e distribuição de mudas de melhor padrão genético, destinado a elevar os índices de produtividade.
Defesa Sanitária Animal.	- Compreende as ações relacionadas com prevenção, erradicação e combate as doenças que afetam a produção pecuária.
Construção de galpão	- Dotar o município das condições necessárias ao incremento de ações agro-industriais.
Aquisição de Equipamentos.	- Ampliar a coleta do lixo Domiciliar.
Implantação de aterro sanitário	- Dotar o município de condições essenciais para disposição final do lixo.
Incremento ao Programa Alimentar.	- Promover a melhoria alimentar da população através de campanhas educativas ou mesmo da distribuição de alimentos.
Incremento aos Programas de Assistência Social	- Desenvolver ações objetivando amparar e proteger as pessoas em geral e em especial

	as mais carentes.
Construção, reforma e/ou adaptação de prédio.	- Para melhoria no desenvolvimento de programas assistências
Construção de Prédio de Uso Múltiplo.	- Dotar o município de local apropriado para oferecer cursos profissionalizantes a comunidade.
Incremento do Projeto de Desenvolvimento e Apoio ao Menor.	- Dotar o Projeto da estrutura necessária ao pleno desenvolvimento de suas atividades.

Prefeitura Municipal de Taguaí,
Em, 21 de junho de 2002



DR. JOSÉ OSVALDO DALCIM
PREFEITO MUNICIPAL



ADRIANO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL P/ EXPEDIENTE DA SECRETARIA